

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.275.075 - DF (2018/0080376-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : PERSIO RIGHINI
AGRAVANTE : SERGIO RIGHINI
AGRAVANTE : SERGIO SIDNEY STRUCKEL
AGRAVANTE : ATAIDE DE MATTOS
AGRAVANTE : RAFAEL ROSO RIGHINI
AGRAVANTE : JOAQUIM FRANCISCO DE MATTOS - ESPÓLIO
AGRAVANTE : SHIGERU TACHIKI
AGRAVANTE : RICARDO ROSO RIGHINI
AGRAVANTE : RACHEL ROSO RIGHINI
ADVOGADOS : EDUARDO CAVALCANTE GAUCHE - DF018739
JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS FILHO E OUTRO(S) - DF035303
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORES : CASSIMIRO MARQUES DE OLIVEIRA - DF011214
CLAUDIA DO AMARAL FURQUIM E OUTRO(S) - DF013465
INTERES. : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 502 E 910 CÓDIGO FUX. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. INCIDÊNCIA, AINDA, DA SÚMULA 284/STF, UMA VEZ NÃO DEMONSTRADA, DE FORMA CLARA E PRECISA, EM QUE CONSISTIRIA A VIOLAÇÃO APONTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto por PERSIO RIGHINI e outros, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. EXECUÇÃO. ÁREA DA RESERVA BIOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS. FALTA DE CITAÇÃO DE LITISCONORTE NECESSÁRIO: DISTRITO FEDERAL (ART. 15, XXIV, DA LODF E DECRETO N. 6.004/1981, ART. 4o.).

- O Distrito Federal é legitimado passivamente no processo de

Superior Tribunal de Justiça

execução de sentença condenatória na qual os expropriados buscam o pagamento das indenizações devidas, consoante decisão proferida pelo STJ em julgamento anterior, a qual considerou também o fato de serem os pagamentos por ele suportados e a serem liquidados por meio de precatório judicial.

II - Deu-se provimento ao recurso do Distrito Federal e negou-se ao recurso dos Embargados. Unânime (fls. 341/371).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram parcialmente acolhidos (fls. 417/422).

3. Inconformado, as partes recorrentes alegam violação dos arts. 502 e 910 e seguintes do Código Fux, sob o fundamento de que a execução deve correr às expensas do Ente Federado, via sistemática de precatório judicial.

4. Com contrarrazões (fls. 435/440), o Recurso foi inadmitido na origem (fls. 466/440).

5. Após a interposição do Agravo, o Ministério Público Federal, em parecer da lavra do douto Subprocurador-Geral da República FLÁVIO GIRON, opinou pelo desprovimento do Agravo em Recurso Especial, nos termos a seguir:

Administrativo. Desapropriação. Ação de Execução. Distrito Federal. Legitimidade. Artigo 15 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e Decreto Distrital 6.004/1981 . Discussão acerca de direito local. Súmula 280/STF . Precedente. Deficiência na fundamentação. Súmula 284/STF . Parecer pelo desprovimento do recurso (fls. 509/511).

6. É, em suma, o breve relatório.

7. Inicialmente, nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.

Superior Tribunal de Justiça

8. No mais, verifica-se que, no tocante à alegada ofensa aos arts. 502 e 910 e seguintes do Código Fux, as partes recorrentes, em parca fundamentação, limitaram-se a elencar os referidos dispositivos de lei processual sem, contudo, explanar em que consistiu a mencionada negativa de vigência à norma e sua correlação com o pedido na peça recursal, incidindo à espécie, portanto, a Súmula 284 do STF, segundo a qual é *inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*.

9. Anote-se, ainda, que sequer houve o prequestionamento da matéria versada no referido dispositivo legal. Incidência da Súmulas 282 e 356/STF.

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial dos Particulares.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR